

VIDA JUDAICA EM TEMPOS DE DITADURA

Jewish life in times of dictatorship

DOI: 10.14393/LL63-v36n2-2020-11

Saul Kirschbaum *

RESUMO: Em *Traduzindo Hannah*, de Ronaldo Wrobel, a ação se ambienta no governo ditatorial de Getúlio Vargas, com sua obsessão por estabelecer vigilância estrita sobre todos os atos da população, inclusive a troca de correspondências, principalmente em língua estrangeira, em busca de mensagens cifradas. Para isso, é necessário convocar um especialista em ídiche. A leitura das cartas trocadas entre as irmãs Hannah e Guita leva o protagonista, ele mesmo imigrante fugido das péssimas condições impostas pela Polônia aos judeus, a aprofundar-se nas relações entre os membros da comunidade judaica do Rio de Janeiro. O artigo aborda o fluxo migratório de judeus da Europa para o Brasil nos anos 1920 e 1930, o clima de antissemitismo vigente durante a Era Vargas, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, e seus efeitos sobre a vida judaica, tais como as dificuldades criadas para a liberdade feminina, como o tráfico de escravas brancas, as “polacas”.

PALAVRAS-CHAVE: Refugiados. Imigração judaica. Antissemitismo na Era Vargas. “Polacas”. Ficção judaico-brasileira.

ABSTRACT: In *Traduzindo Hannah* (Translating Hannah), the action takes place in Getúlio Vargas’s dictatorial government, with his obsession to establish strict vigilance over all acts of the population, including mail exchange, mainly in foreign languages, in search for encrypted messages. To this end, it is necessary to convene a Yiddish expert. The reading of the letters exchanged between sisters Hannah and Guita leads the protagonist, himself an immigrant fleeing from the poor conditions imposed by Poland to Jews, to deepen in the relations between the members of Rio de Janeiro’s Jewish community. This article discusses the migratory flow of Jews from Europe to Brazil in the 1920s and 1930s, the climate of anti-Semitism that prevailed during the Vargas Era, on the eve of World War II, and its effects on the Jewish life, including the difficulties created for feminine freedom, such as the traffic of white slaves, the so-called “Polacas”.

KEYWORDS: Refugees. Jewish immigration. Anti-Semitism in the Vargas Era. “Polacas”. Jewish-Brazilian fiction.

* Doutor em Letras pela FFLCH/USP, Programa de pós-graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas; pós-doutorado pela UNICAMP. Pesquisador independente. Interesses de pesquisa: estudos judaicos. ORCID: 0000-0002-9509-7241. E-mail: saul.kirschbaum(AT)gmail.com.

Eis como é explicada a origem de uma das maiores fraudes de nossa história política, deflagrada no momento em que o jornal integralista *A Ofensiva*, inteiramente devotado à propaganda do fascismo, do nazismo e do antissemitismo, dava a maior ênfase ao “perigo vermelho”. O Plano Cohen começou a ser divulgado dentro do Exército, copiado em máquinas do Exército, para iludir o Exército. Foi “plantado” no Estado-Maior, propositadamente. As cautelas do Capitão Mourão eram uma comédia, destinada a chamar a atenção de algum colega e colocá-lo na obrigação de espionar-lhe a atitude suspeita! Assumiu ingenuamente o papel de espião o atual Senador Caiado de Castro...
Hélio Silva, *A ameaça vermelha: o Plano Cohen*, p. 285.

O imaginário mitológico sobre uma possível “conspiração judaica” visando à dominação do mundo através do Comunismo internacional emerge em vários documentos produzidos pela Polícia Política varguista.
Taciana Wiazovski, *O mito do complô judaico-comunista no Brasil*, p. 36.

Ronaldo Wrobel nasceu no Rio de Janeiro em 1968. Advogado e escritor, é autor, até agora, de cinco livros em que a temática judaica é proeminente.

Sua obra mais conhecida, o romance *Traduzindo Hannah*, lançado em 2010 e já publicado em diversos idiomas, oferece um amplo panorama do cotidiano da comunidade judaica do Rio de Janeiro na década de 1930, naquela época agrupada em torno da Praça Onze; grupo social às voltas com a ditadura de Getúlio Vargas – o famigerado *Estado Novo*, implantado em 1937 com a imposição de uma nova constituição, e que se manteve até 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial – e sua desconfiança em relação a todos os estrangeiros – vistos como possíveis agentes de potências inimigas –, particularmente em relação aos judeus que, além de tudo, têm conexões internacionais, se correspondem entre eles numa língua desconhecida, o *ídiche*¹, grafado em caracteres ainda mais exóticos, e são suspeitos de conspiração com o comunismo soviético para a tomada do poder no Brasil.

A suspeição levantada pelo governo contra os judeus encontra eco no seio da população em vista de preconceitos seculares arraigados, derivados de argumentos teológicos. Como veremos adiante, este clima de estranhamento está exacerbado, neste momento particular da história do Brasil, pela recente eclosão da chamada “Intentona comunista”.

¹ Segundo o “Glossário” oferecido por Jacó Guinsburg (1966, p. 372), “palavra oriunda do alemão *juedisch*. Designa o idioma dos judeus da Europa Central e Oriental”.

Em suma, do ponto de vista do poder estabelecido, os judeus são imigrantes “indesejáveis”: não contribuiriam para o “embranquecimento do país” e também não se engajariam como “braços para a lavoura”, no grande esforço de substituição da mão-de-obra negra, recém-“libertada” da escravidão; e, o pior de tudo, inspiravam, nas autoridades e nas classes dirigentes, temor de ativismo político, social e trabalhista².

Passado recente, apenas oito décadas, e ao mesmo tempo remoto, cenário de grandes transformações para aquele grupo social. Na época, a comunidade judaica do Rio de Janeiro – na verdade de todo o país – era, em sua maioria, composta por uma população de baixa renda, formada por pessoas de classe média baixa exercendo atividades que não requeriam muita capacitação, muitos deles *clientelchiks*, vendedores a prestação, atuando nas ruas da periferia da cidade, batendo de porta em porta; imigrantes recentes esforçando-se para negociar com seus “fregueses” em português, idioma praticamente ignorado por eles³.

Mas, por isso mesmo, uma população altamente solidária, com várias instituições de ajuda mútua e facilitação na concessão de crédito: muitos desses pequenos comerciantes retiravam suas mercadorias nas empresas de outros judeus, atacadistas, em regime de consignação; na próxima visita pagavam pelo que tinham vendido e repunham seus estoques. Eram também comuns caixas de crédito cooperativo que forneciam empréstimos sem garantias e a juros muito baixos.

No romance de Wrobel, para implementar sua obsessão totalitária por estabelecer vigilância estrita sobre todos os atos da população, inclusive a troca de correspondências, o governo policialesco acha necessário, num primeiro momento, convocar, para atuar como tradutor, um especialista em ídiche; a escolha para essa espinhosa função recai sobre o protagonista, o sapateiro Max. Função espinhosa porque consiste em ajudar a polícia a espionar seus correligionários, traduzindo seus segredos e invadindo sua privacidade.

No desenrolar dos acontecimentos, essa missão sofrerá um desdobramento ainda mais constrangedor: Max deverá acompanhar o interrogatório policial – muitas vezes acompanhado

² Sigo aqui o conceito de imigrantes “desejáveis” e “indesejáveis” apresentado por Jeffrey Lesser em *A negociação da identidade nacional*, pp. 21 e ss.

³ Segundo Roberto Grün (1999, p. 358), “A inserção econômica típica dos imigrantes recém-chegados da Europa oriental foi na atividade de comércio prestamista a domicílio, cujos atores eram chamados em português de mascates e, no patuá ídiche-brasileiro, de *clientelchiks*”.

de tortura física – de suspeitos falantes do ídiche. Essa nova “função” de Max é evidenciada em trechos como:

No dia seguinte, Max foi interpelado pelo capitão Avelar quando chegava à delegacia:

– Venha comigo. – Numa sala sem janelas: – Arranque uma confissão deste verme que não fala português.

No chão, um “elemento israelita” acusado de roubar laranjas. (WROBEL, 2010, p. 27)

A seguir, em nova “promoção”, Max é incumbido de se infiltrar em organizações judaicas “suspeitas”, para colher informações de interesse para a polícia:

Limpou a garganta antes de entregar ao sapateiro um papel anotado. “Grupo Bnei Israel, Rua Feliciano, nº 23, Madureira.”

– Um grupo como outro qualquer? – instigou o capitão. – Talvez sim, talvez não. Um antro moscovita? Quem sabe ... Descubra o que é isso. Alguma dúvida? Ótimo. Amanhã haverá uma ... – Escolheu a palavra: – Confraternização. Quem são, quantos são, o que pretendem? (WROBEL, 2010, p. 55)

Dilema ético, percebe-se logo, de impossível solução. Como reflete o protagonista em discurso indireto livre, “haverá culpa sem arbítrio? Caso recusasse a missão, não faltariam suplentes nem carimbos para sua deportação sumária”⁴ (WROBEL, 2010, p. 10). Dilema ético tão comum a que foram frequentemente submetidos também judeus internados pelo nacional-socialismo no universo concentracionário, obrigados a algum tipo de cooperação com seus opressores e, por isso, odiados por outros judeus. Tática nazista que tinha como objetivo primeiro quebrar a eventual resistência e solidariedade dos prisioneiros, facilitando seu controle. Joseph Nichthausen, por exemplo, recorda, do período em que esteve confinado em campos nazistas, que

⁴ Sobre a sempre presente ameaça de deportação que pairava na época sobre todos os estrangeiros e “elementos potencialmente perigosos”, ver, por exemplo, de Mariana Cardoso Ribeiro, *Venha o decreto de expulsão: a legitimação da ordem autoritária no Governo Vargas (1930-1945)*, publicado em 2012.

alguns dos prisioneiros paravam, apoiando-se sobre pás ou picaretas. Não por muito tempo. Os olhos vigilantes dos chefes de grupos só esperavam que alguém parasse para poder berrar alto, ameaçando a todos e distribuindo os pontapés à esquerda e à direita. Eram nojentos. Judeus como nós, prisioneiros também, colaborando com os alemães daquela maneira. (NICHTHAUSER, 1976, p. 136)

A leitura das cartas trocadas entre as irmãs Hannah, residente no Rio de Janeiro, e Guita, radicada na Argentina, leva o protagonista, ele mesmo imigrante fugido das péssimas condições impostas pela Polônia aos judeus no período entre guerras, a aprofundar-se no conhecimento das relações entre os membros da comunidade judaica carioca, debruçando-se sobre o microcosmo do bairro judeu da Praça Onze.

Shmuel Ettinger, em “The Modern Period” (ETTINGER, 1997, p. 955 ss.), esclarece que a Polônia, que perdera sua autonomia e fora desmembrada em consequência de derrotas militares no final do século dezoito ante a Rússia, a Prússia e a Áustria, foi reestabelecida como estado independente somente em 1919, após o término da Primeira Guerra Mundial. Apesar de cláusulas constitucionais – impostas pelas potências vitoriosas – garantirem os direitos das minorias, os judeus, dez por cento da população total, foram vítimas de *pogroms*⁵, sofreram restrições de cidadania, dificilmente eram aceitos no serviço público; ainda que não tivessem seu acesso a instituições de ensino superior limitado por *numerus clausus*⁶, sua presença nestas instituições mostrou considerável decréscimo em consequência de ataques e discriminação contra os estudantes judeus.

Em relação ao agravamento da situação dos judeus na Polônia, em particular em conexão com a ascensão do nazismo na Alemanha, Ettinger observa que

Houve uma mudança para pior no início dos anos 1930, quando elementos antissemitas ganharam força em todos esses países, incentivados pelo sucesso dos nazistas na Alemanha. Na Polônia e na Romênia, pertencentes à *Petite Entente* liderada pela França, havia uma pressão crescente por parte de vários círculos públicos por uma aproximação com a Alemanha. A expulsão dos judeus da vida econômica, o “expurgo das cidades” (i.e., dos judeus) e até

⁵ Russo: massacre organizado, muitas vezes encorajado pelas autoridades, contra um grupo minoritário, especialmente judeus, na Europa oriental.

⁶ Fonte: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/numerus-clausus>, consultado em 17 maio 2018 (tradução minha): quantidade fixada como número máximo na admissão de pessoas (ou certos grupos de pessoas) para profissões específicas (em particular as profissões liberais), instituições de ensino superior, associações profissionais, posições de serviço público, etc.; restrição frequentemente aplicada a judeus.

a pressão para forçá-los a emigrar tornaram-se, mais cedo ou mais tarde, a política desses governos. O Primeiro-Ministro polonês declarou: “Não devemos atacar os judeus – mas quanto a boicotá-los, com prazer! (ETTINGER, 1997, p. 958)

Em resumo, a situação dos judeus na Polônia naquele período era tão precária que motivou uma emigração maciça⁷. Em muitos casos, o chefe da família viajava sozinho para cidades onde já estavam instalados conterrâneos seus, com a intenção de, trabalhando, acumular recursos suficientes para trazer o restante da família, condição que o tornava ainda mais dependente de laços comunitários. O entendimento da prática do estabelecimento de instituições comunitárias é crucial para a compreensão da vida judaica na diáspora. Nas principais cidades de acolhimento os judeus criaram associações com fins assistenciais, culturais, esportivos e religiosos. A sinagoga *Linat HaTsedek* – Sociedade Israelita de Socorros Mútuos -, por exemplo, foi fundada em 17 de agosto de 1932 em Porto Alegre, e tinha por objetivo ajudar imigrantes a obter assistência médica e educação religiosa⁸. Congregava, principalmente, judeus oriundos da Galícia, região sul da Polônia, antes parte do Império Austro-Húngaro⁹.

No início da narrativa de *Traduzindo Hannah*, o Partido Nacional Socialista já tinha assumido o poder na Alemanha¹⁰, mas a *Shoah*¹¹, a “solução final”¹², a destruição em massa e

⁷ Jeffrey Lesser registra que de um total de 32.521 judeus que emigraram para o Brasil entre 1925 e 1935, 14.609, ou seja, 44,9%, eram originários da Polônia (LESSER, 1995, p. 318).

⁸ Fonte: <http://wikimapia.org/17636429/pt/Sinagoga-Linat-Ha-Tsedek>, acessado em 13 nov. 2018.

⁹ A esse respeito, Roberto Grün (1999, p. 365) comenta que “tanto as sinagogas quanto as *Landmannschaften* eram empreendimentos focados sobre grupos segmentados de judeus de uma determinada origem. No mesmo sentido, as memórias dos primeiros imigrantes nas cidades grandes registram a estranheza com que os diversos grupos de judeus encaravam os indivíduos de ‘mesma religião’ provenientes de outras regiões do Velho Mundo”.

¹⁰ Nas eleições de 1932 os nazistas conseguiram maioria suficiente para forçar a indicação de Adolf Hitler ao posto de Chanceler (Primeiro-Ministro) do presidente Paul von Hindenburg. Por fim, com a morte de Hindenburg em 1934, Hitler toma para si o cargo de presidente da Alemanha, iniciando um governo totalitário que duraria 11 anos.

¹¹ Palavra de origem bíblica com o significado de “destruição”, é o termo hebraico padrão para referir-se à aniquilação da judiaria européia pelo regime nacional-socialista.

¹² “Solução final da questão judaica” refere-se ao plano nazista de remover a população judia de todos os territórios ocupados pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial e transportá-los para o leste. Em 31 de julho de 1941, sob instruções de Adolf Hitler, Hermann Göring enviou uma carta a Reinhard Heydrich determinando que este lhe submetesse, assim que possível, um plano geral, incluindo uma previsão de meios materiais e organizacionais necessários para implementar uma solução final para a questão judaica. Anexa à carta estava a ata da Conferência de Wannsee, na qual havia sido anunciado que Heydrich seria o principal responsável pelo cumprimento daquela decisão. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Solu%C3%A7%C3%A3o_final, acessado em 13 nov. 2018. O encontro de líderes nazistas conhecido como Conferência de Wannsee é tido como o evento em que a Solução Final foi decidida e planificada.

sistemática do judaísmo europeu, ainda não começara. As tentativas nazistas de aproximação com o regime Vargas, o crescimento preocupante de sua ideologia nas colônias de imigrantes alemães¹³, numerosas nos estados sulistas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e as perseguições que já se abatiam sobre os judeus na Europa comparecem no romance como uma espécie de assombração, um pesadelo que a cada página se torna mais opressivo e ameaçador.

O contexto histórico do romance: em novembro de 1935 o Brasil havia passado por uma tentativa de revolução de parte dos comunistas, a chamada *Intentona*, liderada pela Aliança Nacional Libertadora, com a intenção de derrubar o governo autoritário de Getúlio Vargas, e que, fracassada, resultou em várias prisões, inclusive de seu dirigente máximo, Luis Carlos Prestes¹⁴. Agora, identificando comunismo com judaísmo – para a polícia secreta brasileira, associações comunitárias judaicas deviam ser mantidas sob vigilância, suspeitas de serem, na verdade, “antros moscovitas”¹⁵ -, nas palavras do narrador, “a diplomacia alemã fazia uma vigorosa campanha para conquistar o Brasil, definindo *Herr* Hitler como o único líder capaz de deter o avanço comunista” (WROBEL, 2010, p. 38).

A instrumentalização dos judeus pelo *Estado Novo*, com o propósito de legitimar e consolidar o autoritarismo da ditadura, e seu namoro com o regime nazista, é patenteado no romance, por exemplo, no trecho:

O governo Vargas acusava os judeus de tramar um golpe para implantar o comunismo no Brasil. Insurreições, quebra-quebras e assassinatos fariam parte da “conspiração semita” descoberta pelos militares, vulgo Plano Cohen. Max sabia que tudo não passava de uma farsa para iludir o povo e justificar truculências como a expulsão de Olga Benário¹⁶, a bolchevique devolvida a Hitler. (WROBEL, 2010, p. 76)

O *Plano Cohen*, lembremos, foi um “documento” forjado pelo então capitão integralista Olympio Mourão Filho, na época membro do Serviço Secreto da *Ação Integralista Brasileira* e

¹³ Esse tema foi retratado também em obras de ficção como o romance *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog, de 1966, e em filmes, como *Aleluia, Gretchen*, dirigido por Silvio Back em 1976.

¹⁴ Prestes ficou preso de março de 1936 a abril de 1945.

¹⁵ A esse respeito, ver, por exemplo, *Bolchevismo e judaísmo: a comunidade judaica sob o olhar do Deops*, publicado por Tatiana Wiazovski em 2001 e, da mesma autora, *O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*, de 2008.

¹⁶ Olga Benário Prestes, judia nascida na Alemanha e casada com o líder comunista brasileiro Luis Carlos Prestes, foi entregue grávida aos nazistas pelo governo Vargas em setembro de 1936 e morta por estes em 23 de abril de 1942 na câmara de gás do campo de concentração de Bernburg.

que anos depois, já general, na condição de comandante da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, daria início ao golpe militar de 1964. Esta grande fraude – e seus desdobramentos – foi analisada ampla e profundamente pelo historiador Hélio Silva em seu livro *A ameaça vermelha: O Plano Cohen*, publicado em 1980. A “descoberta” do “Plano”, que “desvendava a existência de um complô judaico-comunista para tomar o poder no Brasil”, foi utilizada pelo governo para fazer aprovar no Congresso Nacional em 30 de setembro de 1937 o Estado de Guerra, suspendendo os direitos constitucionais; poucos dias depois, em 10 de novembro do mesmo ano, Vargas deu o golpe que implementou o *Estado Novo*, cancelando as eleições presidenciais marcadas para 1938 e instituindo um regime ditatorial.

Ao mesmo tempo, no pano de fundo, o narrador, em analepse, registra o agravamento das disposições antijudaicas da Alemanha nazista:

Há dois anos, as Leis de Nuremberg tinham cassado a cidadania dos judeus alemães, fossem ilustres cientistas ou reles estivadores como o pai do bebê. Hitler atribuía à “peste semita” os males do país, que eram muitos desde a Guerra perdida em 1918. (WROBEL, 2010, p. 170)¹⁷

Como registra Alfredo Gartenberg no romance *O J vermelho*,

No mês de setembro de 1935 reuniu-se em Nuremberg a Convenção do Partido Nacional Socialista que promulgou as tristemente famosas Leis de Nuremberg. Tais leis caracterizavam-se como o mais infamante documento da história da Alemanha. Tratava-se de um diploma legal que não tinha símile em nenhuma nação civilizada. Privava sumariamente os judeus da cidadania alemã e equiparava-os – agora em caráter oficial – aos párias. Aos judeus que deixavam o país concediam passaportes nos quais era apostado, com carimbo grosso, em vermelho, um “J” bem grande. Era o “J” especificativo de *judeu* impresso como estigma nos documentos dos que iam viajar em demanda de outras paragens onde pudessem respirar com liberdade. (GARTENBERG, 1976, p. 141)

¹⁷ Duas leis distintas, aprovadas pela Alemanha nazista em setembro de 1935, são conhecidas coletivamente como “Leis de Nuremberg”: (a) a Lei de Cidadania do Reich e (b) a Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemã. Estas leis incorporavam muitas das teorias raciais que embasavam a ideologia nazista. Elas constituíram a estrutura legal para a perseguição sistemática dos judeus na Alemanha. O antissemitismo era de fundamental importância para o nazismo e, por isto, Hitler convocou o parlamento – então composto inteiramente por representantes nazistas – para uma sessão especial durante a reunião anual do Partido Nazista em Nuremberg, Alemanha. Fonte: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/nuremberg-laws>, acessada em 13 nov. 2018.

Por fim, no último capítulo do romance de Wrobel, intitulado “Traduzindo Max”, em que a ação se situa no final da década de 1990, já conhecidos todos os pormenores da catástrofe que tinha atingido o povo judeu, é aludido seu confinamento durante o período nacional-socialista em guetos: “Visitei três asilos judaicos. No primeiro deles, um professor nonagenário me detalhou como havia escapado do Gueto de Varsóvia, em 1942” (WROBEL, 2010, p. 240).

No início deste capítulo, o autor introduz uma ruptura na estrutura narrativa, mudando de um narrador em terceira pessoa, aparentemente extradiegético, para um em primeira pessoa, participante da trama, ainda que em um papel aparentemente secundário, um narrador intradiegético, o que leva o leitor a reconsiderar tudo o que havia lido até então: quem, afinal de contas, está contando a história?

– Era Guita.

Max deu um suspiro e recostou na poltrona bege. O sol entrado pela janela lhe adensava as olheiras, mas tinha o semblante doce. Tentei disfarçar o susto: por que Guita? O que ela fazia ali? (WROBEL, 2010, p. 237)

Ao contrário da ideia amplamente difundida de que os judeus oprimidos pelos nazistas tinham sido covardes, dóceis, não resistindo a sua vitimização, cumpre ressaltar que muitos judeus que estavam aprisionados em guetos no leste europeu tentaram organizar movimentos de resistência contra os alemães. Entre 1941 e 1943 havia cerca de cem grupos judeus agindo como movimentos secretos de resistência. A tentativa mais lembrada foi a corajosa revolta armada ocorrida no gueto de Varsóvia, conhecida como “O Levante do Gueto de Varsóvia”.

No verão de 1942, cerca de trezentos mil judeus foram deportados de Varsóvia para Treblinka. Quando as informações sobre os assassinatos em massa nos centros de extermínio vazaram e chegaram ao gueto de Varsóvia, um grupo de judeus formou uma organização chamada Z.O.B. (sigla em polonês para *Zydowska Organizacja Bojowa* – Organização Judaica Combatente), liderada por Mordecai Anielewicz, que divulgou um manifesto no qual pedia aos judeus que resistissem contra o embarque nos trens.

Em 19 de abril de 1943, quando as tropas e a polícia alemã entraram no gueto para levar mais judeus para os campos de extermínio, o “Levante do Gueto de Varsóvia” teve início.

Os combatentes do gueto conseguiram se defender por quase um mês, mas em 16 de maio a revolta chegou ao fim. Dos mais de 56 mil judeus capturados, cerca de sete mil foram assassinados a tiros e o restante foi deportado para os campos, onde foram mortos¹⁸.

A tessitura do romance estrutura-se como um enovelamento de várias tramas que confluem para contextualizar os acontecimentos do presente. Em diversos momentos, o tempo narrado recua para o passado, analepses em busca de uma “ponta solta”, de um antecedente histórico que permita esclarecer a gênese de algo importante no presente da diegese. Para explicar a mudança do sobrenome do protagonista, de Goldman para Kutner, por exemplo, a narrativa se desloca para o ano de 1928, comentando as dificuldades que os judeus enfrentavam então para sair da Europa:

Os Estados Unidos haviam fechado as porteiras depois de uma lei contra imigração. A Austrália era cara e distante. Existiam colônias agrícolas na América do Sul e também na Palestina. (WROBEL, 2010, p. 29)

No Brasil, conforme denuncia Maria Luiza Tucci Carneiro em *O antissemitismo na Era Vargas*, foram promulgados decretos secretos para dificultar a entrada dos “semitas” no Brasil. Entre outros documentos, a historiadora menciona ofício de Carlos Alves de Souza, então secretário do Ministério das Relações Exteriores, de 20 de agosto de 1938:

... em meados do ano passado, depois de entendimento havido entre este Ministério e o do Trabalho, o Senhor Presidente da República autorizou a expedição de uma circular secreta aos nossos consulados acerca da entrada de judeus no território. De acordo com os termos da referida circular será recusado o visto no passaporte de quem se saiba, por declaração própria ou por qualquer outro meio de informação segura, que é de origem étnica semítica. (CARNEIRO, 1988, p. 252-253, grifos da autora).

As restrições à imigração, que se alastraram rapidamente por todo o continente americano na esteira da ascensão do nazismo, compõem no romance de Wrobel em trechos como:

¹⁸ Fonte: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-warsaw-ghetto-uprising>, acessada em 13 nov. 2018.

Migrar para o Brasil seria sabidamente difícil porque os governos americanos vinham fechando as porteiras para os judeus da Europa. De Lisboa a Varsóvia, embaixadas e consulados eram palco de agonias. (WROBEL, 2010, p. 172)

Para introduzir na narrativa a delicada questão do tráfico de meninas judias, principalmente da Polônia e Rússia, para se prostituírem na Argentina e no Brasil, trazidas pela organização criminosa *Zwi Migdal* – criada e dirigida por judeus -, as famosas *polacas*, episódio tão importante para o enredo de *Traduzindo Hannah*, a ação recua para 1906, para o “casamento” na Rússia de Golda com o cafetão judeu Artur. As meninas, de famílias à beira da miséria, eram atraídas para falsos casamentos com judeus pretensamente estabelecidos na Argentina e logo, muitas vezes no próprio navio, forçadas à nova e vergonhosa “profissão”. Uma delas, Golda, quando o navio se aproxima do porto do Rio de Janeiro, aproveita um momento de distração de seus vigias e joga-se ao mar. Resgatada, acaba morrendo poucos dias depois em um hospital (Wrobel, 2010, p. 92 ss.).

Do ponto de vista narratológico, merece grande atenção o fato de que, apesar das situações trágicas reportadas, a construção do romance se desenvolve, principalmente, em tom de farsa. Uma mascarada.

Max Kutner, o protagonista, na verdade, se chama Max Goldman. Sapateiro, é funcionário da polícia. Envergonha-se desta situação, temendo ser descoberto pela mulher amada, mas acaba descobrindo que partiu justamente dela sua indicação para a função de tradutor. A bela e recatada mulher por quem Max se apaixona é, na verdade, uma prostituta. A própria Hannah teme que a irmã, tida como modelo de virtude, descubra sua atividade, mas vem a descobrir que aquela exerce a mesma “profissão”, e que seu marido, que se apresenta como fazendeiro milionário na Argentina, é apenas um cafetão procurado pela polícia. Em outra reviravolta, revela-se que a notória prostituta é, de fato, importante agente dos serviços de segurança brasileiros. E, se isso não bastasse, é também, ao mesmo tempo, grande benfeitora da comunidade judaica, principalmente em prol das *polacas*. E assim por diante.

Um jogo de espelhos em que nada é o que parece ser, tudo está fora de lugar. O que se busca mascarar? Tentativa do autor de empregar o humor para lidar com a difícil situação dos judeus nas décadas de 1930 e 1940, impedidos de buscar no Brasil refúgio contra a calamidade que contra eles se amplia na Europa? Judeus sempre sujeitos a deportação sumária em caso de atividades que as autoridades considerassem subversivas; ou, como aludido no romance, se

recusassem a prestar serviços degradantes, eticamente condenáveis, a serviço do governo ditatorial?

Talvez, enfim, estratégia defensiva de um grupo social discriminado, politicamente fraco, para poder conviver com a grande farsa que paira sobre eles, ameaçadora¹⁹. Grande farsa criada pelo próprio governo que, para legitimar um golpe de estado, inventa, utilizando os *Protocolos dos Sábios de Sião* como modelo, um *Plano Cohen*, tornando todos os judeus suspeitos de conspirar contra o Estado brasileiro²⁰.

Os Protocolos dos Sábios de Sião é um texto antisemita que descreve um alegado projeto por parte de judeus e maçons de modo a atingirem a “dominação mundial através da destruição do mundo ocidental”. O texto, criado na época da Rússia czarista, foi traduzido, após a Revolução Russa de 1917, para vários outros idiomas. O texto influenciou o nazismo e permanece em circulação até os dias atuais, sobretudo na internet. O jornal inglês *The Times* revelou, contudo, em artigo de 1921, escrito pelo jornalista Philip Graves, que o texto era uma falsificação que apresentava diversas passagens plagiadas de *Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu*, obra satírica do escritor francês Maurice Joly, publicada em 1864 contra a ditadura de Napoleão III.

No Brasil, Gustavo Barroso, advogado, professor, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista brasileiro, diretor do Museu Histórico Nacional, presidente da Academia Brasileira de Letras por duas vezes e membro do movimento nacionalista *Ação Integralista Brasileira*, publicou pela Editora Civilização Brasileira em 1936 a primeira tradução em português dos *Protocolos*²¹. Certamente, já havia considerável expectativa para esse lançamento: a primeira edição se esgotou em apenas um mês.

O romance *Traduzindo Hannah* de Ronaldo Wrobel é muito bem sucedido em retratar as dificuldades que uma minoria discriminada enfrenta e os estratagemas utilizados por ela para suportar a vida sob um regime ditatorial. Ao mesmo tempo, numa narrativa que não se enquadra na chamada “Literatura de testemunho”, que não tem a *Shoah* como principal foco

¹⁹ O uso da farsa como estratégia defensiva da comunidade judaica é manifestado no romance em trechos como: “Max quase riu. Ficaria até emocionado caso a festa tivesse realmente acontecido; caso aquilo não fosse uma farsa tramada há oito dias na Rua Feliciano num. 23, Madureira” (WROBEL, 2010, p. 60).

²⁰ Uma interessante tabela mostrando as afinidades entre o Plano Cohen e Os Protocolos dos Sábios de Sião pode ser encontrada em WIAZOVSKI, 2008. pp. 169-170.

²¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Os_Protocolos_dos_Sábios_de_Sião, acessado em 13 nov. 2018.

de interesse, Wrobel consegue trazer a grande catástrofe civilizatória do século XX para o primeiro plano, mostrando como a ameaça sobre o judaísmo europeu e, por extensão, também sobre a comunidade judaica do Rio de Janeiro, ganhava corpo rapidamente. Sugerindo que, mesmo após oito décadas, o tema não se esgotou, permanecendo aberto a novas reflexões.

Referências

CARNEIRO, M. L. T. **O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ETTINGER, S. The modern period. *In*: BEN-SASSON, H. H. (Org.) **A History of the Jewish People**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

GARTENBERG, A. **O J vermelho**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

GRÜN, R. Construindo um Lugar ao Sol: os Judeus no Brasil. *In*: FAUSTO, B. (Org.) **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

GUINSBURG, J. (Org.). **Nova e velha pátria**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1966.

LESSER, J. **O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MOOG, C. V. **Um rio imita o Reno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

NICHTHAUSER, J. **Quero viver... Memórias de um ex-morto**. São Paulo: Ricla, 1976.

RIBEIRO, M. C. **Venha o decreto de expulsão: a legitimação da ordem autoritária no governo Vargas**. São Paulo: Humanitas: Fapesp, 2012.

SILVA, H. **A ameaça vermelha: o Plano Cohen**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

WIAZOVSKI, T. **Bolchevismo e judaísmo: a comunidade judaica sob o olhar do Deops**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001.

WIAZOVSKI, T. **O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)**. São Paulo: Humanitas, 2008.

WROBEL, R. **Traduzindo Hannah**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Recebido em: 30.09.2019

Aprovado em: 28.04.2020